

O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E O BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA: os novos bancos multilaterais de desenvolvimento e o papel do Sul Global no sistema financeiro internacional

THE NEW DEVELOPMENT BANK AND THE ASIAN INFRASTRUCTURE INVESTMENT BANK: the new multilateral development banks and the role of the Global South in the international financial system.

JHONATHAN EDVAR MATTOS MARIANO¹

¹Mestre e Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGRI/UERJ). E-mail: jhonathanedvar@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8861-3682>.

Recebido em: 23/03/2026 | Aceito em: 04/05/2026.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0



RESUMO

O último século foi marcado pela hegemonia estadunidense iniciada no Pós-Guerra, que moldou o sistema financeiro internacional, ora mudando os padrões do câmbio, ora exercendo seu poder por meio das instituições por ele criadas, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. No entanto, a Grande Crise Financeira (GCF) de 2008 abriu espaço para a contestação do regime de acumulação neoliberal, desde então vem surgindo outras instituições financeiras. Este trabalho analisa dois bancos multilaterais de desenvolvimento, o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB, em inglês) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês), ambos criados, implementados e coordenados por países do Sul Global. Apesar da construção dessas novas instituições, os países que as criaram não abandonaram o sistema de Bretton Woods, mas as compõem acompanhadas de uma agenda reformista. O texto lança mão da metodologia qualitativa-explicativa como forma de explicitar como esses novos bancos podem influenciar o paradigma do pós-fordismo e quais são seus impactos para o Sul Global. Dito isso, este artigo se divide em três partes para além da introdução e das considerações finais. A primeira seção trata da metodologia a ser aplicada, bem como as fontes que serão utilizadas ao longo do texto. A segunda parte é dividida em duas partes: i) a construção da hegemonia dos Estados Unidos e os ciclos de imperialismo que a compuseram; ii) o papel do dólar como parte fundamental dessa hegemonia e do funcionamento do Sistema Financeiro Internacional (SFI). A terceira trabalha o fenômeno do surgimento dos novos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD) como resposta à GCF. Esta seção também é dividida em dois tópicos, em que cada um desses discorre sobre um dos bancos supracitado, a primeira sobre o AIIB e a segunda analisa o caso do Novo Banco de Desenvolvimento.

Palavras-chave: BRICS; Economia Política Internacional; Sul Global.



ABSTRACT

The last century was marked by US hegemony that began in the Post-War period, shaping the international financial system or changing exchange rate patterns, exercising its power through institutions it created, such as the International Monetary Fund (IMF) and the World Bank. However, the Great Financial Crisis (GFC) of 2008 opened space for challenging the neoliberal accumulation regime, and since then other financial institutions have emerged. This work analyzes two multilateral development banks, the Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) and the New Development Bank (NDB), both created, implemented, and coordinated by countries of the Global South. Despite the construction of these new institutions, the countries that succeeded did not abandon the Bretton Woods system, but were included in a reformist agenda. The text uses a qualitative-explanatory approach to explain how these new banks can influence the post-Fordist paradigm and what their impacts are on the Global South. That said, this article is divided into three parts in addition to the introduction and final considerations. The first section deals with the methodology to be applied, as well as the sources that will be used throughout the text. The second part is divided into two parts: i) the construction of the hegemony of the United States and the cycles of imperialism that constituted it; ii) the role of the dollar as a fundamental part of this hegemony and the functioning of the International Financial System (IFS). The third section dealt with the manifestations of the emergence of new multilateral development banks (MDBs) as a response to the GCF. This section is also divided into two topics, in which each of these disagrees about one of the aforementioned banks, the first about the AIIB and the second analyzes the case of the New Development Bank.

Keywords: BRICS; International Political Economy; Global South.



INTRODUÇÃO

Este artigo procura entender como o sistema financeiro internacional (SFI) responde à ascensão dos novos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMD), bem como quais são as consequências da criação e da expansão dos BMD ligados ao Sul Global. Para isso, foram selecionados dois bancos: o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII ou AIIB, em inglês) e o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, em inglês), o chamado Banco do BRICS, buscando identificar as continuidades e as rupturas entre esses novos bancos e a arquitetura financeira tradicional, centrada no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Mundial.

A visão apresentada é sustentada na teoria marxista de Economia Política Internacional (EPI), desta forma, serão observados os blocos de poder em disputa e a forma institucional deles decorrentes. Este trabalho será dividido em duas partes, para além da introdução e das considerações finais. Na primeira parte, será apresentada a conjuntura que permitiu a construção dessas instituições e a hegemonia do dólar. A parte dois é dedicada à formação de novas arquiteturas institucionais, que permitem a maior presença do Sul Global no SFI, a partir desses BMD e, simultaneamente, cria possibilidades de participação no comércio internacional sem o intermédio do dólar.

Em primeiro lugar, é preciso explicitar dois conceitos utilizados ao longo deste artigo, quais sejam, o de dinheiro como meio de comando e o de ciclo de acumulação (Jabbour; Kosinski, 2022). A teoria monetária clássica ou ortodoxa é apresentada a partir da obra Economia Internacional, escrito por Paul R. Krugman, Maurice Obstfeld e Marc J. Melitz (2019), um curso de economia política que destrincha os principais conceitos da área. A visão ortodoxa se baseia em uma visão funcionalista da moeda, atribuindo a ela três elementos básicos: meio de troca, unidade de conta e reserva de valor (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2019). Diz-se como meio de troca a função da moeda em servir como uma forma de simplificar as trocas comerciais e criar um meio de pagamento geralmente aceito. A unidade de conta, por sua vez, refere-se à padronização de uma unidade contábil, ou seja, uma medida de valor amplamente reconhecida, que permite a conversão entre diferentes moedas por meio da taxa de câmbio, atributo essencial para o



comércio internacional, sobretudo no comércio de *commodities* (Krugman; Obstfeld; Melitz, 2019, p. 299). Por fim, a moeda funciona como uma reserva de valor, o que significa que ela é um meio garantidor de certeza e de liquidez, uma vez que não perderá seu valor de forma súbita, no entanto, a credibilidade da moeda é essencial para a garantia do valor das reservas. O dinheiro, por sua vez, são os meios de pagamento que proporcionam a execução do valor, a exemplo de cheques e moedas (*idem*, p. 299). Percebe-se que a teoria clássica equipara a moeda ao dinheiro, ao passo que atribui ao dinheiro a materialização das características da moeda. Essa é a teoria dominante, presente como *default* de analistas econômicos, tecnocratas e, em geral, pelo poder político.

Este trabalho adotará a distinção entre moeda e dinheiro. A moeda como objeto comumente utilizado e como meio para as trocas comerciais no campo das relações sociais, enquanto o dinheiro é a instituição política que está representada na moeda, garantida pelas autoridades (poder político) e imposta aos seus governados (Jabbour; Kosinski, 2022, p. 5).

A “essência” monetária está no dinheiro, instituição criada (tendo sua contrapartida na tributação), garantida e imposta por autoridades a seus governados desde suas origens, na alta Antiguidade, mesopotâmica até nossos dias. A invenção do dinheiro antecedeu em milênios a cunhagem das primeiras moedas e, em rigor, o dinheiro não requer nenhuma representação material para ser empregado nas relações sociais (Wray *et al.*, 2004). Assim, reafirmamos que o dinheiro é objeto de natureza política, por sinal, o mais cobiçado da história da humanidade (Ferreira Filho, 2015). Sua criação está estreitamente relacionada à soberania política, entendida como o fundamento principal do exercício do poder, o “poder e autoridade de julgar ou de comandar” (Bodin, 2011, p. 197) (...) Desse modo, consideramos que a instituição do dinheiro, prerrogativa essencial da soberania política (Bodin, 2011, p. 319; Del Mar, 2012), é um produto da lei, dependente da “virtude” e da força coercitiva da autoridade que o proclama e impõe. (Jabbour; Kosinski, 2022, p. 5, *grifo nosso*)

O capitalismo enquanto sistema é marcado por uma sociabilidade entre os indivíduos, que é constrangida por formas sociais coisificadas, externas e opostas a ele, mediadas por formas sociais (Hirsch, 2010, pp. 27-28). O dinheiro para a teoria marxista não é apenas um meio técnico de troca e de pagamento, mas a expressão coisificada de uma forma social específica, o valor (Hirsch, 2010, p. 27). Este que se refere à quantificação do trabalho realizado ao longo do processo produtivo, mediado pela troca de mercadorias e encontra no dinheiro o “equivalente geral, a sociabilidade de seu trabalho, não gerada diretamente, surge para os indivíduos como uma relação de coerção que os domina” (Hirsch, 2010, pp. 26-27). A relação entre dinheiro e a capacidade de coerção pela



imposição do poder político serve como norte para a análise das instituições do sistema financeiro, cujo as maiores expressões estão presentes no poder de veto em instituições do SFI e na imposição de sanções econômicas unilaterais.

O conceito de ciclos de acumulação elucida os processos de formação, consolidação e desintegração de um regime de acumulação, aqui insiro o conceito de transição nessa fórmula. O modelo de Mensch se refere a acomodação após um período de um auge, a decadência de uma potência ou ciclo (diferentes, porém complementares) e reestruturação por outros meios. A crise nesse modelo é parte integrante e inevitável da construção histórica do capitalismo (Arrighi, 1995, pp. 8-10). O autor italiano divide a construção do capitalismo em quatro ciclos: a) o modelo genovês, iniciado nas Cidades-Estado italianos; b) o modelo holandês; c) o imperialismo de livre-mercado britânico; e d) a hegemonia estadunidense (*idem*). Este artigo se concentra na última etapa, que é, até os dias atuais, o modelo dominante. É importante destacar que a criação de um “novo” ciclo carrega em si os traços do “antigo”, de forma dialética”, conforme destaca Emílio Sereni (2013, p. 305). Neste sentido, Arrighi destaque esse processo na formação capitalista no campo financeiro:

Ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Elas são aspectos integrantes recorrentes de "antigos" regimes de criação simultânea de "novos". À luz dessa descoberta, reconceituei o longo século XX como sendo composto de três fases: (1) a expansão financeira fim do fim do século XIX e início do século XX, no decorrer da qual as estruturas do "antigo" regime britânico foram destruídas e se criaram as do "novo" regime norte-americano; (2) a substancial expansão das década de 1950 e 1960, durante o predomínio do "novo" regime, centrado nos Estados Unidos, traduziu-se numa expansão mundial do comércio e da produção; e (3) a atual expansão financeira, em cujo decurso as estruturas do já "antigo" regime norte-americano vêm sendo destruídas com a criação - supõe-se- de um "novo" regime. (Arrighi, 1995, pp. IX-X, *grifo nosso*)

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é qualitativa-explicativa, visando abordar uma temática que está na ordem do dia no debate acadêmico: o surgimento de novos bancos multilaterais de desenvolvimento e a fragmentação da ordem neoliberal. Este trabalho se baseia em um estudo qualitativo, na medida que visa aprofundar a agenda de pesquisa exposta acima, centrando a análise dos impactos dos bancos multilaterais de desenvolvimento coordenados pelo Sul Global (Sampieri; Collado; Lucio, 1991, p. 279). A partir disso, baseia-se na análise de fontes primárias,



sobretudo dados e documentos oficiais da República Popular da China, das declarações de líderes dos BRICS+, do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, bem como também serão usados autores de excelência acadêmica nas temáticas concernentes ao objeto deste artigo para explicar esse fenômeno (Sampieri; Collado; Lucio, 1991, pp. 74-75).

A HEGEMONIA DOS ESTADOS UNIDOS E O DÓLAR COMO MEIO DE COMANDO

1. OS DOIS CICLOS PARA A HEGEMONIA ESTADUNIDENSE: DE FORD AO CICLO DE ACUMULAÇÃO NEO-LIBERAL

O ciclo do imperialismo britânico encerra-se após o fim da I Guerra Mundial, em 1918, e com o fim do império inglês, a libra esterlina perde o *status* de moeda padrão no sistema financeiro internacional. A derrocada deste padrão monetário enfraquece o principal meio de comando da Inglaterra no cenário global, sobretudo no comércio internacional e o *Bank of London* como principal praça financeira, criando o espaço necessário para o florescimento de um novo ciclo de acumulação, a hegemonia estadunidense e consolidação do dólar como moeda hegemônica. Apesar do ciclo britânico ter se encerrado em 1918, foi após a Conferência de Bretton-Woods (1944) e do fim da II Segunda Guerra Mundial com o Plano Marshall, que o modelo americano vai se consagrar como meio de comando e padrão monetário internacional (Jabbour; Kosinski, 2022. pp. 5-10). Dito isso, este tópico é dedicado à consolidação do dólar e a transição do ciclo do fordismo-keynesiano (1930-1973) para o regime neoliberal, iniciado na década de 1970, que é modelo dominante até hoje.

O período fordista, que surge como resposta à Crise de 1929, consolidando-se no Pós-Guerra. Foi um ciclo baseado no investimento público, no consumo de massa e na garantia de direitos sociais, permitindo a criação de sindicatos e a abertura dessas instituições e dos movimentos para a aquisição de direitos trabalhistas (Hirsch, 2010, pp. 138-142). Essa abertura foi essencial para a disputa ideológica com a União Soviética, fortalecendo a ascensão da social-democracia e o Estado de Bem-estar Social como “remédio” à penetração do socialismo na política estadunidense (*idem*, pp. 144-145).

Estado de bem-estar social era, na visão crítica, um amplo aparato burocrático de controle social, que perpetuava a mesmice política, com praticamente um modelo único, a social-democracia e seus contornos particulares. Em meio à ortodoxia do marxismo



soviético e o reformismo acomodado da social-democracia, prescindia-se de soluções à esquerda. (Osório, 2018, p. 154)

Esse modelo se baseia em fortes investimentos estruturais do Estado na indústria, na padronização do consumo e na inserção de outras camadas no mercado de trabalho, a exemplo da participação industrial feminina. Outro ponto importante foi a centralidade no investimento no setor militar como parte fundamental do regime de acumulação americano, sendo um importante bem comercializado no comércio internacional: “uma gigantesca produção armamentista foi um pilar decisivo do novo regime de acumulação. O “keynesianismo militar”, ou seja, a alavancagem industrial pelo estado através de encomendas em armamento, foi uma de suas colunas de apoio centrais” (Hirsch, 2010, p. 145). A essência militarizada do keynesianismo ressalta dois aspectos: i) a participação e a coordenação do Estado na construção da economia; e ii) o poder da força como salvaguarda na construção de valor do dinheiro.

O centro desse regime de acumulação era o Estado Nacional como centro e o desenvolvimento nacional como meta, no entanto, isso não impediu a internacionalização deste modo de produção, cimentando esse processo nas organizações internacionais criadas em Bretton Woods: o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, além da inovação do multilateralismo como forma de resolução de conflito e da construção do Acordo Geral de Comércio e Tarifas (GATT, em inglês). Esta foi uma etapa fundamental para a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), cuja proposta era a estabilização do preço das *commodities*, do antitruste internacional e dos padrões de trabalhos dignos, no entanto, foi inviabilizado pela política doméstica estadunidense para proteger os interesses nacionais americanos (Rodrik, 2010, p. 49).

O apoio e o engajamento estadunidenses são decisivos na implementação do fordismo no âmbito internacional. A ascensão da hegemonia estadunidense desencadeou a reorganização das relações internacionais empreendida nos moldes dos vencedores da guerra. O arranjo estrutural do cenário mundial pós-1945 restou alicerçado no sistema financeiro, aparato militar e imposição política, tendo o tripé correspondência. Pelo prisma econômico: a tríade financeira, organismos de Bretton Woods (Fundo Monetário Internacional - FMI - e Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento - Banco Mundial - BIRD) e o padrão dólar-ouro; e o baluarte da regulação do livre mercado, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o GATT-OMC. Pelo vetor militar finca-se a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Pela vertente política, a Organização das Nações Unidas (ONU). A trindade garante à hegemonia estadunidense, reverberando a estrutura desigual da ordem internacional. (Osório, 2018, pp. 80-81, *grifo nosso*)



O ciclo fordista se encerra após quarenta anos de hegemonia, na década de 1970, e alguns fatores que explicam esse esgotamento. O mecanismo de redistribuição social estatal, subvenções estatais que garantiam o modelo monopolista frente às pressões desses benefícios sobre o PIB⁴ e a taxa de lucratividade do capital. A queda na taxa de crescimento e a queda no consumo de massa, capilarizado por um processo inflacionário aliado à estagnação econômica (Hirsch, 2010, pp. 150-151). No início da década de 1970, a virada neoliberal deslocou o centro de acumulação capitalista do plano doméstico para o internacional. Esse movimento foi realizado dado a grande capacidade produtiva e a competitividade das empresas americanas, tornando essa conjuntura interessante para a liberação de capitais e na abertura de novas regiões para investimentos estrangeiros diretos (IED) estadunidenses (*idem*, p. 151).

O modo de regulação pós-fordista apresenta as seguintes características: uma nova estrutura de poder internacional, que se caracteriza por uma complexa relação de cooperação e de conflito entre os Estados metropolitanos da “Tríade” sob a dominação estadunidense, com clara subordinação da periferia e da semiperiferia; uma nova forma de regulação da concorrência no lugar da estatal-intervencionista do fordismo, que está ligada com a penetração capitalista em amplas esferas sociais e com a mercantilização. e, em especial, da natureza e do conhecimento; uma forte diferenciação espacial e internacionalização do sistema de regulação, em comparação com o modo de regulação fordista concentrado plano do Estado nacional; e, finalmente, uma considerável transformação e internacionalização do “Estado ampliado”, através da expansão de rede estatal-privadas e parcerias público-privada, não apenas a nível nacional como também a nível internacional. (Hirsch, 2010, pp. 169-170)

A globalização tal como conhecemos, isto é, o modelo neoliberal, ganhou força a partir da década de 1980, tinha como premissa a internacionalização de pessoas e de capitais como motores de equilíbrio e da equidade entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento. O discurso da liberação da economia por meio do “enxugamento” da máquina pública, ou seja, a lógica do Estado mínimo e do *laissez-faire*. A criação de novos marcos institucionais e novas organizações internacionais, como visto na resolução de 1974 aprovada na ONU, sob o nome de Nova Ordem Econômica Internacional (Cox, 1996, pp. 376-385) viabilizou a internacionalização de capitais e os investimentos diretos estrangeiros. Hoje, podemos afirmar que o tripé da acumulação flexível:

⁴ Os dados sobre o PIB sempre estão expressos na métrica de Paridade de Poder de Compra (PPP, em inglês).



câmbio flexível, metas de inflação e metas de superávit primário, permitindo a centralidade da taxa de juros, dos IED e das privatizações das estatais não surtiram o efeito esperado.

Em primeiro lugar, a ideia de um Estado mínimo é contestada pela economista Isabella Weber, onde afirma: “O Estado neoliberal não é pequeno, mas forte. Seu objetivo é fortalecer o mercado. Em termos básicos, isso significa proteger a liberdade de preços como mecanismo econômico central” (Weber, 2023, p. 22). Joachim Hirsch (2010, pp. 121-124), levanta que o neoliberalismo, no âmbito estatal, é responsável pela criação de marcos institucionais que permitam esse modelo de acumulação flexível, tanto no âmbito doméstico quanto no internacional, ganha ares de uma campanha internacional direcionada aos países do Sul Global sob a insígnia do Consenso de Washington (1989).

Há ainda o conceito de terapia de choque⁵ (Weber, 2023), que sinaliza os objetivos geopolíticos dessa rápida abertura de mercado de forma desregulada, tenha levado há crises nos países que adotaram essa agenda, no qual a Rússia pós-soviética se demonstra como um exemplo magistral desse processo, com queda do ritmo de crescimento, aumento da dívida e perda de competitividade global daquela que até o início da década de 1990 era a potência revisionista e a segunda maior economia do mundo.

Em 2016, três autores, Jonathan D. Ostry, Prakash Loungani, and Davide Furceri, publicaram na revista *Finance & Development* do Fundo Monetário Internacional, o artigo *Neoliberalism: Oversold?*, onde analisam os efeitos nos 40 anos de implementação da agenda neoliberal, chegando a três conclusões:

Os benefícios em termos de aumento do crescimento parecem bastante difíceis de estabelecer quando se olha para um amplo grupo de países. Os custos em termos do aumento da desigualdade são proeminentes. Tais custos resumem o compromisso entre os efeitos de crescimento e de equidade de alguns aspectos da agenda neoliberal. O aumento da desigualdade, por sua vez, prejudica o nível e a sustentabilidade do crescimento. Mesmo que o crescimento seja o único ou principal objetivo da agenda neoliberal, os defensores dessa agenda ainda precisam de prestar atenção aos efeitos distributivos (Ostry; Loungani; Furceri, 2016, p. 39, *tradução nossa*).⁶

⁵ Tratava-se de um amplo pacote de política que consiste em quatro medidas: 1) liberalização de todos os preços em um único big bang; 2) privatização; 3) liberação do comércio; 4) estabilização, na forma de políticas fiscais e monetárias rígidas. Esse pacote foi implementado de uma só vez nas economias planejadas, transformando-as em economias de mercado de forma abrupta (Weber, 2023, p.23).

⁶ O texto em língua estrangeira é: “The benefits in terms of increased growth seem fairly difficult to establish when looking at a broad group of countries. The costs in terms of increased inequality are prominent. Such costs epitomize the trade-off between



A Crise de 2008 foi um ponto de virada e expôs algumas contradições deste modelo, sobretudo no plano da “intervenção estatal”, uma vez que a máquina pública foi utilizada para garantir a saúde financeira dos grandes bancos, argumentando a necessidade de manter a estabilidade do sistema financeiro, “*too big to fail*”, e, por extensão, da economia americana.

2. O DÓLAR COMO ARMA DE GUERRA

A moeda, como dito na introdução, é forma de imposição de um comando sobre aqueles que se encontram no seu território monetário. Uma vez que o capitalismo possui uma natureza expansionista e segue a lógica de acumulação infinita, as potências líderes em seus tempos históricos utilizaram da tributação e do uso do poder militar como meios de exercício de seu poder. A moeda enquanto instituição nacional é uma forma de quantificar e medir as obrigações tributárias dentro de suas fronteiras, no entanto, ela foi utilizada na forma de impostos para inserir outros territórios geográficos em seu espaço monetário, a exemplo do *grosso* veneziano nos séculos XIII e XV, da libra esterlina no século XIX e o dólar desde o século XX (Metri, 2020, p. 722). Desta forma, transpuseram, ainda que parcialmente, a soberania das suas fronteiras para o território internacional.

Como a capacidade de criar impostos baseia-se no controle dos mecanismos de violência, trata-se de um conceito de moeda que incorpora a dimensão do poder e tem referência geográfica e territorial, pois os limites espaciais de sua circulação estão ligados ao alcance dos tributos e ao espaço de violência do Estado. Com efeito, se a moeda é derivada diretamente do poder do Estado, a sua internacionalização depende do sucesso de esse mesmo Estado em projetar-se para fora de seu território nacional de origem. Não por outra razão, a moeda de referência internacional tende a ser a da autoridade estatal mais bem sucedida nas disputas geopolíticas globais. (Metri, 2020, pp. 720-721, *grifo nosso*)

O dólar americano é o exemplo mais bem acabado dessa lógica, seja pelo poder militar estadunidense e pela extensão desse poder, manifesta na construção de bases militares ao redor

the growth and equity effects of some aspects of the neoliberal agenda. Increased inequality in turn hurts the level and sustainability of growth. Even if growth is the sole or main purpose of the neoliberal agenda, advocates of that agenda still need to pay attention to the distributional effects.”



do globo, seja pela construção de instituições que garantem a coercitividade dessa moeda. O sistema financeiro internacional opera quase exclusivamente em dólar, garantindo a posição hegemônica dos EUA no sistema internacional. Apesar dos altos custos para manter-se como *hegemon*, a internacionalização da moeda apresenta grandes vantagens para o Estado que a emite. Metri (2020) elenca três vantagens estratégicas que tornam esse processo interessante para a potência emissora.

A primeira é a alavancagem para a economia na medida que a difusão da moeda alcança outros países, uma vez que esses países precisam acumular reservas na moeda expansiva para cumprir suas obrigações no sistema internacional. Esta necessidade de possuir reservas em moeda estrangeiras afeta a política e a autonomia cambiais desses outros países, visto que sua política cambial é determinada pelo estoque da moeda expansiva (Metri, 2020, p. 721).

O segundo ponto é o fato de os saldos acumulados em outros territórios serem drenados pelo sistema financeiro nacional do país que emite a moeda expansiva. Quanto maior o número de países que se inserem no território monetário dominante, maior o grau de liquidez do seu sistema financeiro, a escala e a abrangência da sua moeda imposta como internacional (Metri, 2020, p. 721). Dessa forma, o país emissor coloca-se em uma posição privilegiada, tendo a prerrogativa de, por meio de sanções unilaterais, retirar um país do sistema internacional de comércio e finanças, a exemplo da Venezuela, da Rússia e do Irã (Jabbour; Kosinski, 2022, p. 11).

Em terceiro lugar, os projetos de desenvolvimento econômico nacional impõem, a partir do volume e da expansão de sua agenda exportadora, custos aos países que adotam a moeda-padrão. Ao passo que impõe esses prejuízos a outrem, garantem sua soberania monetária, blindando sua economia e aproveitando-se do endividamento externo para auferir lucros, mediante o poder de viabilizar os pagamentos e as compras de outros países sob seu território monetário (Metri, 2020, p. 721)

Portanto, a consolidação de um território monetário global implica a imposição do problema da “restrição externa” aos países em geral. Com efeito, por meio do controle de importantes canais de administração da liquidez internacional, o país emissor da moeda de referência pode influenciar a capacidade de importação dos demais países e, portanto, suas trajetórias de desenvolvimento, como também promover crises econômicas severas. Trata-se da imposição de sanções econômicas e, em particular, financeiras. (Metri, 2020, p. 721, *grifo nosso*)



A primazia do dólar passou por alguns momentos de turbulência nas décadas de 1970 e 1980, destacando-se dois momentos de ameaça da universalidade da moeda americana. O primeiro foi o crescimento do marco na Alemanha Ocidental e do iene japonês, resultado do crescimento econômico e industrial dessas nações, que, apesar de não terem pretensão de hegemonia, ganhavam espaço no cenário internacional (Metri, 2020, p. 732). A outra “crise” foram as duas crises do petróleo, a primeira em 1973, que abalou keynesianismo como modelo de acumulação estadunidense, e a segunda, de 1979 a 1981, no decorrer da Revolução Xiita no Irã, que levou à abrupta elevação dos preços do petróleo, um salto da taxa de juros de 11% para 20%, promovido pelo presidente do Federal Reserve (FED) Paul Volcker e o fortalecimento das economias do Oriente Médio (Kosinski, 2016, p. 176; Metri, 2020, p. 730). O fortalecimento da moeda americana derivou do acordo fechado entre EUA e Arábia Saudita, a partir *US-Saudi Joint Commission on Economic Cooperation*, vinculando o preço do petróleo ao dólar, garantindo a exclusividade do uso da moeda americana nas transações internacionais e a destinação dos ativos dele decorrentes nas praças financeiras de Nova Iorque e Londres. Em contrapartida, os EUA se comprometeram a manter o dólar valorizado. A valorização do dólar em detrimento das outras moedas, provocada pela taxa de juros valorizada, atraiu capitais estrangeiros, e, no governo de Ronald Reagan, a pressão para outras economias abrissem sua conta de capitais, sob a ótica da liberalização, aumentando o território do dólar e sua posição no sistema financeiro internacional.

Por fim, outro ponto que vai fomentar tanto a criação de novos BMD quanto justificar a adesão a eles é a chamada bomba-dólar. A bomba-dólar é a capacidade que os EUA possuem de monitorar as movimentações financeiras em todo mundo, a partir da vinculação do Departamento do Tesouro americano e a empresa belga de pagamentos SWIFT, e usar dessa influência para sancionar empresas e Estados que contrariam os interesses norte-americanos. Os EUA se aproveitaram da arquitetura financeira da década de 1990, no qual propiciou uma rede de agentes econômicos interconectados, tanto empresas quanto Estados, vendo o imbricamento como oportunidade estratégica para ampliarem sua influência no SFI (Kosinski, [s.d], pp. 6-7). Apesar do SWIFT ter sido um entrave às pretensões americanas na década de 1990, no intuito de preservar a neutralidade da empresa e garantir o sigilo de seus clientes, esse quadro mudou após os ataques de 2001 às Torres Gêmeas.



Os EUA usaram da Guerra ao Terror como meio de pressionar a empresa a compartilhar as informações com o Departamento do Tesouro, uma vez que eles iriam sancionar quaisquer empresas que eles alegam estarem envolvidas com o financiamento do terrorismo (Torres Filho, 2022, pp. 9-10). Qualquer pessoa que o Secretário do Tesouro acusasse de possuir de ligação com o terrorismo, mesmo sem o ônus da prova, ficam vedadas de fazer comércio com os EUA, estendendo para todos que negociam com essas empresas, além de trabalhar junto a bancos e governos para bloquear ativos de seus adversários (Torres Filho, 2022, pp. 8-14). As sanções estadunidenses após o início da Guerra ao Terror estão previstas no Título III do *Uniting And Strengthening America By Providing Appropriate Tools Required To Intercept And Obstruct Terrorism*, popularmente conhecido como *USA Patriotic Act* (USA, 2001, pp. 296-310; pp. 319-325).

O primeiro inimigo escolhido para ser o alvo experimental da bomba dólar foi a Coréia do Norte em 2005. A operação foi considerada um sucesso. Em pouco tempo depois do seu início, o governo norte-coreano, pela primeira vez na história, solicitou uma abertura de negociações com Washington, com objetivo de levantar as sanções. A próxima vítima viria a ser o Irã, em dois episódios. O primeiro se estendeu de 2006 a 2015 e o segundo foi deflagrado em 2018. Inicialmente, as ações foram basicamente de natureza diplomática, buscando isolar politicamente o país da comunidade internacional. Entretanto, aos poucos, equipes do Departamento do Tesouro foram despachadas para os quatro cantos do mundo para realizar reuniões com o objetivo de ameaçar velada ou explicitamente a direção de instituições financeiras, que potencialmente estivessem envolvidas em negócios ilícitos com o Irã. Nos dois anos seguintes, enquanto as contas de iranianos nos bancos estrangeiros iam sendo fechadas, os bancos locais, um após o outro, eram desconectados do sistema internacional. Com isso, as operações externas do país foram sendo, cada vez mais, concentradas no banco central do Irã, que também realiza operações comerciais. Ao final, a autoridade monetária iraniana passou a operar como um “veículo financeiro de última instância” entre o sistema bancário do país e o resto do mundo. Em janeiro de 2012, o banco central do Irã foi finalmente bloqueado, acelerando sobremaneira a crise econômica do país. (Torres Filho, 2022, pp. 11-12, *grifo nosso*)

A capacidade de impor sanções unilaterais, o bloqueio de ativos e a impossibilidade de operar em dólar, tornaram-se um recurso potente e efetivo de desestabilização político-econômico, minando os países sancionados em participar do SFI. No entanto, o poder sancionatório americano resultou em um caminho inesperado, uma vez que esses países buscaram alternativas para financiarem-se e outras formas de comércio alheio ao SWIFT. É nessa conjuntura que surgem os novos bancos multilaterais de desenvolvimento, possibilitando o acesso a crédito e mercados, sem



as condicionalidades impostas pelo SFI tradicional (Banco Mundial e FMI), criando as condições materiais para que aderissem às novas instituições financeiras. O próximo tópico é destinado a analisar o funcionamento dos dois principais BMD, o AIIB e o NDB.

O SURGIMENTO DOS NOVOS BANCOS MULTILATERAIS DE DESENVOLVIMENTO

1. O CASO DO BANCO ASIÁTICO DE INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA

Em 29 de junho de 2015, ocorreu a cerimônia de assinatura do Acordo do AIIB, com o objetivo de promover a infraestrutura, a conectividade e o aprofundamento da cooperação regional na Ásia, no entanto, seu escopo foi ampliado para fora do continente. O AIIB iniciou suas operações em 2016 com 57 membros fundadores (37 regionais e 20 não regionais) (AIIB, 2025). No final de 2020, contava com 103 membros aprovados, representando aproximadamente 79% da população global e 65% do PIB global (Carvalho, 2023, p. 29).

Três anos depois do início das operações do AIIB, em 2019, o banco já havia conseguido seu primeiro membro signatário na América do Sul: o Equador. Dos treze países da região, oito já constam atualmente como membros do banco entre membros não-regionais e membros prospectivos. Em ordem cronológica, os seis membros não-regionais são: Equador (2019), Uruguai (2020), Brasil (2020), Argentina (2021), Chile (2021) e Peru (2022), para além de dois membros prospectivos na região: Bolívia e Venezuela (AIIB, 2025). Local e globalmente, os investimentos do AIIB se concentram em três áreas: transportes, telecomunicações e energia, conforme a própria lista de projetos disponíveis no site do banco.

A criação do AIIB, pós-crise de 2008, está conectada aos movimentos de questionamento chinês às instituições multilaterais de Bretton Woods, tanto na credibilidade dessas entidades e de seu modelo de governança global quanto na capacidade de prover desenvolvimento em um sistema financeiro estável.

O AIIB, cuja criação gerou o questionamento se seria ou não uma ameaça, uma vez que o banco ganhou espaço internacional como banco multilateral de desenvolvimento. O banco tem sido usado como forma de suprir a demanda do continente asiático, além de funcionar como instrumento para reverter o cenário de diminuição do crescimento chinês.



Estima-se que, de 2010 a 2020, a demanda anual por investimentos em infraestrutura na Ásia foi de 730 bilhões de dólares e que os governos e as instituições internacionais como o Banco Mundial e o Banco de Desenvolvimento da Ásia (Asian Development Bank, ADB) só conseguiram absorver 230 bilhões de dólares daquele total. Sendo assim, há uma lacuna de financiamento anual de, pelo menos, 500 bilhões de dólares (Carvalho, 2023, p. 29).

Chen e Liu (2018) argumentam que quando uma potência emergente pode representar ameaças viáveis aos poderes estabelecidos, esses podem usar do seu poder para obstruir o avanço de movimentos reformistas. O AIIB está inserido nesse quadro, “(...) o banco destinava-se parcialmente a reforçar a credibilidade das potenciais opções chinesas para retirar o seu apoio às instituições existentes de Bretton Woods” (Chen; Liu, 2018, p. 3, *tradução nossa*)⁷. Os autores também defendem que o AIIB deve criar mecanismos de autocontenção para amenizar o discurso de que sua criação representaria uma ameaça aos poderes estabelecidos, bem como deve se alinhar com o princípio da ascensão pacífica.

Como outros Estados poderiam suspeitar, uma vez recuperadas das suas dificuldades temporárias, as potências estabelecidas renegariam as concessões anteriores. [...] Assim, mesmo quando as ameaças das potências emergentes são críveis, as negociações de reforma podem ficar presas na estagnação. Quando isto acontece, as potências emergentes podem preferir fundar regimes alternativos. [...] O desenvolvimento de novas instituições oferece às potências emergentes uma alavancagem adicional num tortuoso processo de negociação, uma vez que beneficiam agora de ferramentas multilaterais alternativas de coordenação, monitorização e aplicação para alcançar os objetivos políticos. Neste cenário, as potências emergentes desenvolvem regimes alternativos aparentemente redundantes para escapar aos impasses nas reformas institucionais e obter uma alavancagem adicional face aos poderes estabelecidos ou às instituições do status quo (Chen; Liu, 2018, pp. 5-6, *grifo nosso, tradução nossa*).⁸

A postura da China, com a criação do AIIB, apresenta uma dualidade. De um lado, representa um mecanismo alternativo ao sistema de Bretton Woods, por outro, a China continua nas

⁷ Do original: “It argues that even when rising powers can pose credible threats, serious commitment problems associated with rapid power shifts may obstruct reforms within existing institutions by exacerbating distrusts between rising and established powers.”

⁸ O texto em língua estrangeira é: “As other states would suspect, once recovering from their temporary difficulties, the established powers would renege on previous concessions. [...]. Thus, even when the threats from rising powers are credible, reform negotiations might be trapped in stagnation. When this happens, rising powers may prefer founding alternative regimes. [...] The development of new institutions offers rising powers additional leverage in a tortuous negotiation process, as they now enjoy alternative multilateral tools of coordination, monitoring and enforcement to achieve policy objectives. In this scenario, rising powers develop seemingly redundant alternative regimes to escape from the deadlocks in institutional reforms and fetch additional leverage vis-à-vis established powers or status-quo institutions.”



instituições tradicionais, mas utilizando desse processo como uma forma de pressão para uma agenda reformista.

A difusão do neoliberalismo como sistema ideológico e institucional da ordem mundial não garantiu as promessas sobre as quais se ergueu. A prosperidade global, a partir da diminuição regulatória e pelo aumento da competitividade privada, tiveram como resultado o aumento da desigualdade global e a concentração de renda e riqueza entre os países (Ostry; Loungani; Furceri, 2016, p. 39). Esse impacto foi mais sentido nos países emergentes e do Sul Global.

É nesse vácuo que o AIIB se projeta como uma alternativa viável, principalmente naqueles que passaram pela terapia de choque nos anos 1980 e 90 e para os países sancionados. Por se conectar à tese de coexistência pacífica, a postura da China como potência deve observar os princípios da não-ingêrência em assuntos internos, essa tese foi inaugurada em 1954 por Zhou Enlai, chanceler de Mao Zedong, no documento “Os Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica (Zhou, 1989). Além da não-ingêrência em assuntos internos, o documento conta também com os seguintes princípios: i) respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; ii) não-agressão mútua; iii) igualdade e benefícios mútuos; e iv) coexistência pacífica. Sessenta anos depois, esses princípios se fazem representar na política chinesa de abertura de mercados, financiamento de projetos de desenvolvimento mútuo e compartilhado, aprofundando a Cooperação Sul-Sul e o diálogo Norte-Sul (Xi, 2014, pp. 2-4). O AIIB é uma ferramenta para a execução desses princípios, mas, sobretudo, uma projeção da China como um parceiro confiável e estável (Xi, 2014, p. 4).

Cabe destacar, em síntese, que as principais críticas que têm sido endereçadas ao Banco Mundial seguem basicamente em três direções. 1) Mudanças constantes no mandato e funções do banco como resultado de alterações no contexto internacional de redefinição da divisão internacional do trabalho e dos interesses dos países desenvolvidos, particularmente dos Estados Unidos. 2) Alterações nos sistemas de empréstimos, tanto pela introdução de condicionalidades relativas aos empréstimos para programas de ajuste estrutural dirigidos aos países em desenvolvimento com problemas de balanço de pagamentos quanto por alterações na origem dos recursos emprestáveis. Estes com a crescente predominância de recursos oriundos de bancos privados, em detrimento das contribuições dos governos (imprimindo outra lógica de avaliação aos empréstimos). 3) Manutenção de uma estrutura de governança assimétrica no processo de tomada de decisões internas, com excessiva centralização de poder nas mãos de uns poucos países desenvolvidos e predomínio do peso dos Estados Unidos em termos de voto e controles de natureza administrativa e política da instituição. (Acioly, 2019, p. 29, *grifo nosso*)



Dessa forma, a não-condicionalidade de reformas estruturantes no plano interno dos países que buscam a adesão ao banco evidenciam uma diferenciação entre as instituições lideradas pelo Ocidente e por Pequim.

Apesar da China ter aumentado seu poder econômico e ter se tornado a segunda maior economia do mundo, isso não se reflete nas instituições tradicionais. Antes da reforma do FMI, a China detinha apenas 3,81% de quota de votos, enquanto a União Europeia possuía 27,5%. A situação não era diferente no Banco Mundial, onde a China possuía 4,42% do poder de voto, enquanto EUA e Japão contavam com uma quantidade desproporcional ao tamanho de sua economia, 16,4% e 7,9%, respectivamente (Chen; Liu, 2018, p. 9). Em dezembro de 2016, a China alcançou 6,4% do poder de voto, enquanto a participação dos EUA e do Japão era de 15,6% cada. Outra comprovação dessa hegemonia Ocidental é o fato que somente os EUA têm o poder de veto nas decisões do Fundo Monetário Internacional (Chen; Liu, 2018, p. 9).

A sub-representação não é exclusiva da China, mas também de outros países do Sul Global que também não detêm votos proporcionais às suas economias nas instituições financeiras multilaterais, nem nas instâncias de decisão política, a exemplo do Conselho de Segurança da ONU. A combinação dos compromissos pelo AIIB se expressam na necessidade de suprir quatro demandas: i) o aumento da representação dos países emergentes; ii) investimentos em projetos de infraestrutura e conectividade; iii) a criação de projetos de desenvolvimento que sejam nacionalmente determinados; e iv) a ampliação da coordenação de projetos nacionais, em uma perspectiva de integração regional, por si, são um argumentos atrativos para esses países ao Sul. Outro exemplo desse movimento reivindicatório do Sul Global passa por reformas estruturais na governança global foi a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, popularmente conhecido como Banco do BRICS. Essa instituição será objeto do próximo tópico.

2. O NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO E A ASCENSÃO DOS BRICS

O nome BRIC nasce de como uma análise geoeconômica de um economista-chefe do departamento de Pesquisa em Economia Global da Goldman Sach O'Neill (2001), que afirma as décadas de 2000 e 2010 serão marcadas pela ascensão de países emergentes, indicando que o crescimento do Brasil, da China, da Rússia e da Índia teriam impacto na política econômica (fiscal



e monetária) global. Ele também alertou da possibilidade que essa ascensão poderia ter impactos nas estruturas de governança global, o autor destaca alguns fatores:

Em 2001 e 2002, o crescimento real do PIB nas grandes economias de mercados emergentes excederá o do G7; no final de 2000, o PIB em dólares americanos, em termos de paridade do poder de compra (PPC), no Brasil, na Rússia, na Índia e na China (BRIC), será de cerca de 23,3% do PIB mundial; considerando o PIB corrente, a participação dos BRIC no PIB mundial é de 8%. Considerando o PIB corrente, o PIB da China é maior que o da Itália; nos próximos 10 anos, o peso dos BRIC, e especialmente da China, no PIB mundial aumentará, levantando questões importantes sobre o impacto econômico global da política fiscal e monetária dos BRICs; em consonância com essas perspectivas, os fóruns mundiais de formulação de políticas devem ser reorganizados e, em particular, o G7 deve ser ajustado para incorporar representantes dos BRICs. (O'Neill, 2001, p. 1)

Há pouco mais de quinze anos, na cidade euroasiática de Ecaterimburgo, em 2009, na Rússia, o BRICS (inicialmente, sem África do Sul), reuniu as principais potências emergentes. Este bloco heterogêneo foi construído após a Grande Crise Financeira (GCF) (2008), no qual houve uma crise na ordem liberal liderada pelo Ocidente (Haibin, 2025, pp. 103-104), com enfraquecimento da confiança no sistema de crédito, e, por extensão, do modelo de acumulação pós-fordista. Os países que construíram o bloco passaram pela GCF com poucos danos, enquanto os países desenvolvidos do Norte Global sofreram forte debacle, e, é nesse contexto que os países emergentes e em desenvolvimento se reúnem para influenciar as decisões dos fóruns internacionais, seja no campo da economia, como o FMI e o Banco Mundial, seja no político, no sistema ONU. Dois exemplos desse movimento reformistas foram a reforma de quota e governança do FMI de 2010 e os aumentos de capital do Banco Mundial (2010 e 2018) (Canuto; Saraiva, 2025, p. 25).

A ideia de aglutinar países em desenvolvimento para influenciar os foros e organismos internacionais é antiga. No mundo do pós-guerra remonta pelo menos ao Movimento dos Países Não Alinhados e ao Grupo dos 77, na ONU, e ao G-24, no âmbito das instituições de Bretton Woods. Ocorre que o BRICS traz uma característica distintiva. Não se tratava apenas de juntar países de renda mais baixa para tentar influenciar um mundo dominado por potências econômicas de renda elevada e marcado por uma polarização acentuada nos marcos da Guerra Fria. Agora era a vez de países com um peso econômico cada vez maior se juntarem para reivindicar seu espaço de relevo na ordem econômica global do mundo pós-Guerra Fria. (Canuto; Saraiva, 2025, p. 23, *grifo nosso*)

Esse bloco era visto originalmente como uma iniciativa comercial, no entanto, atualmente, tornou-se uma alternativa política contra-hegemônica palatável aos países do Tríplice Continente



(África, Ásia e América Latina e Caribe. Além disso, também serviu como uma possibilidade econômica para países sancionados e retirados do sistema SWIFT, permitindo transações comerciais em moedas locais, ou seja, sem a intermediação do dólar.

O bloco conta com alguns dados globais que merecem ser destacados, os BRICS atualmente concentram 49% da população mundial, 39% a 41% do Produto Interno Bruto (PIB) e 26% do comércio mundial (Degaut, 2025, p. 60) e um PIB (PPP) de US\$ 65 trilhões (Panova, 2025, p. 94). Essa autora defende que “apesar dos vastos recursos e capacidades de seus membros, quando considerados individualmente, o BRICS, após dezesseis reuniões de cúpula, fez pouco progresso na construção de uma identidade coletiva ou no estabelecimento de um aparato institucional” (*idem*, p. 61), ressaltando a criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD ou NDB, em inglês).

A atuação na trilha financeira do BRICS se dá em três linhas principais: (i) articular posições comuns para levar aos foros multilaterais, particularmente para apoiar a reforma da governança das instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial); (ii) fomentar iniciativas e instituições próprias que possam ampliar o alcance da atuação dos países-membros (o NDB e o CRA são os principais exemplos, mas existem diversas outras iniciativas mais localizadas); e (iii) estimular a cooperação técnica e troca de experiências para beneficiar as políticas de caráter doméstico. (Canuto; Saraiva, 2025, p. 33)

Desde sua criação, os BRICS vêm ganhando novos adeptos, o que levou o bloco a aderir a terminologia BRICS+. Em 2023, durante a XV Cúpula dos BRICS em Johannesburgo, seis outros países se juntaram ao bloco: Etiópia, Egito, Indonésia, Irã, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos (UAE) (Brics Policy Center, 2025), sendo os dois últimos como rivais regionais históricos, além de dez novos membros parceiros, nomenclatura criada em Kazan (2024), para parceiros que não são membros-pletos: Belarus, Bolívia, Cazaquistão, Cuba, Malásia, Nigéria, Tailândia, Uganda, Uzbequistão e Vietnã. A categoria de país parceiro foi criada na XVI Cúpula do BRICS, em Kazan, em outubro de 2024, na Rússia (Brasil, 2025). O arco de alianças demonstra a capacidade de criar heterogeneidade política, econômica, institucional, geográfica e cultural em sua composição, o que é, ao mesmo tempo, uma vantagem e um desafio para o bloco (Canuto; Saraiva, 2025, p. 28). Hoje, segundo dados da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), 6 entre os 10 maiores produtores de petróleo são membros do BRICS+ (medidos em milhões barris por dia, quais sejam EUA (13,2); Rússia (10,2); Arábia Saudita (9,2); Canadá (5,1); China, Irã e Iraque (4,3, cada); Brasil (3,4); UEA (3,3); e Kuwait (2,1) (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás, 2025). O



petróleo é um ativo estratégico, não é só um produto para a geração de riqueza, mas também pode exercer uma forte influência no poder do dólar, uma vez que a exclusividade dólar no mercado internacional de petróleo é um dos pilares da moeda americana (Kosinski, 2016; Metri, 2020).

O grande salto geopolítico dos BRICS foi a construção de um BMD, o “Banco dos BRICS”, que iniciou suas operações em 2015, atualmente, é visto como uma alternativa às instituições de Bretton Woods, sobretudo ao Banco Mundial. A governança do NDB é constituída por um Conselho de Governadores, Conselho de Diretores, Presidência, rotativa entre os membros fundadores, quatro vice-presidências (Operações, Finanças, Estratégias e Riscos e Administração) indicadas pelos quatro outros membros fundadores, além de vinte e quatro departamentos ligados às vice-presidências (NDB, 2025).

Inicialmente, o banco era composto apenas pelos membros-fundadores, os países BRICS, com o capital de US\$ 50 bilhões, sendo dividido igualmente entre os cinco países, 10 bilhões de capital investido e 20% das ações cada. Atualmente, o banco conta com 4 novos membros, quais sejam, Argélia (2025), Bangladesh (2021), Egito (2023), UEA (2021), além do Uruguai, que consta como membro prospectivo (NDB, 2025). O banco ao longo dos seus dez anos de funcionamento realizou 120 projetos, com investimento de US\$ 39 bilhões (NDB, 2025), tendo o investimento em infraestrutura como principal objetivo desde sua fundação.

O BRICS tem como um dos seus principais desafios constituir um bloco anti-hegemônico, sem ser anti-Occidente, no entanto, o fato dos dois maiores membros serem China e Rússia, torna esse empecilho mais difícil de ser superado, uma vez que ambas são vistas como inimigos, cuja pauta nos EUA é suprapartidária e ponto de consenso entre Republicanos e Democratas. De fato, tanto o AIIB quanto o NDB fazem parte do núcleo duro da grande estratégia chinesa, juntamente com a Iniciativa Cinturão e Rota (BRI, em inglês), como forma de atrair países que foram deixados para trás na globalização financeira-neoliberal (Goldstein, 2019, p. 186). A China argumenta que a BRI não busca desafiar a ordem vigente, senão melhorá-la e reformá-la, mantendo a cooperação com outros países e com instituições financeiras, incluindo as de Bretton-Woods, o AIIB, o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Fundo de Assistência para a Cooperação Sul-Sul (Goldstein, 2020, p. 186)



Apesar de sua centralidade, o BRI faz parte de um arranjo mais amplo de construção do multilateralismo. A China em seu 14º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Econômico e Social (2021-2026), determina o investimento chinês no fortalecimento do G-20 na governança mundial, aumento da participação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), entre outras iniciativas das quais o país faz parte - bem como a própria ampliação dos BRICS (BRICS+). Esse pleito de uma governança menos centrada no Ocidente, também se reproduz no campo econômico e financeiro, elencando outras instituições que podem contribuir para esse objetivo, a exemplo do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento. (China, 2021, p. 103). (Mariano; Sampaio, 2023, p. 19, *grifo nosso*)

A aposta que os BRICS+ têm para ser uma alternativa mais viável do ponto de vista econômico está no fortalecimento de duas iniciativas, o NDB, aumentando o número de membros, e o Arranjo Contingente de Reserva (CRA, em inglês). Embora nunca tenha sido acionado, o CRA conta com um fundo de US\$ 100 bilhões, como mecanismo de contenção de eventuais grandes crises (Canuto, Saraiva, 2025, pp. 33-35). Esse mecanismo funciona a partir da coordenação dos bancos centrais dos países-membros, que desenharam um arcabouço operacional para o compartilhamento de reservas, no entanto existem três problemas: i) Rússia e China são os únicos países que possuem superávit em conta corrente, os outros países desenvolveram superávits como forma de se protegerem de restrições externas, o que aumento o custo mais elevado; ii) nenhum dos países emitem a moeda de reserva (dólar); iii) o fato do Arranjo ainda estar, em certa medida, vinculado aos programas de ajuste de FMI, o que necessita da manutenção de um valor baixo das reservas do CRA, aumentando a segurança dos países credores, mas desestimulando possíveis os países tomadores (Canuto; Saraiva, 2025, pp. 34-35).

Por fim, um fator definitivo nessa agenda dos BRICS+ e do Sul Global é o uso de moedas locais. O uso dessa pluralidade de moedas, permite com que países que estejam fora do sistema SWIFT (impossibilitados de usar o dólar) contem com um mecanismo de financiamento e participação no comércio exterior (Canuto; Saraiva, 2025, pp. 35-36). A construção de uma imagem do NDB como uma instituição financeira imparcial, segura e eficiente é uma saída para aprofundamento dos BRICS no multilateralismo e na economia internacional. A criação e o aprofundamento de um sistema de pagamento próprio, usando outras moedas, reduz o privilégio exorbitante dos EUA e o uso bélico do dólar, por conseguinte, enfraquecendo a principal arma do imperialismo estadunidense (*idem*, pp. 35-36).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo passa por um processo de debacle do ciclo de acumulação pós-keynesiano, em que a desregulamentação radical de capitais trouxe efeitos deletérios para a maior parte dos países, sobretudo, os do Sul Global. As promessas que o Consenso de Washington traria mais desenvolvimento e prosperidade, partindo do pressuposto que o livre fluxo de capitais atrairia investimentos diretos de diferentes países, se provou parcialmente verdadeiro. De fato, os investimentos se globalizaram, no entanto, essa globalização acabou por concentrar mais o capital nas antigas metrópoles e perpetuar a subordinação centro-periferia. A Crise de 2008 foi um ponto de virada na credibilidade da financeirização como progresso, abrindo espaço para outros países e novas instituições.

Se o mundo do Pós-Guerra foi marcado pelas instituições de Bretton Woods, que, à época era um avanço, cujo Banco Mundial era voltado ao desenvolvimento e o FMI à liquidez, com o tempo passaram a tornarem-se instrumentos de manutenção da ordem e da hegemonia americana. O poder do dólar, que congrega aspectos militares e financeiros, evoluiu de um lastro monetário estabilizante para ser utilizado como uma arma capaz de desestabilizar economias de países que ferem os interesses estadunidenses. Após os atentados de 11 de setembro de 2001, os EUA conseguiram acesso ao sistema de pagamentos internacionais por meio do SWIFT, conectando-o ao Departamento de Tesouro dos EUA, transformando a relação entre os EUA e as finanças globais.

Essa relação umbilical entre a moeda americana e o sistema de pagamentos permitiu aos EUA sancionar unilateralmente quaisquer países, proibindo outras nações comercializarem em dólar e romper laços com países e organizações que mantivessem relações com os países sancionados. A GCF trouxe transformações no sistema de governança global, uma delas foi a alteração do papel do G-20, que assume maior protagonismo e passa a ser uma cúpula de líderes, não mais uma reunião de Ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais. Outra foi a criação do BRICS como forma de criar arranjos de cooperação e coordenação político-econômica entre os países do Sul Global, essa iniciativa vem crescendo em espaço e em influência e, apesar do número reduzido



de países-membros, congrega as principais potências emergentes e em desenvolvimento. O bloco conseguiu algumas vitórias no campo da reforma das instituições econômicas globais, a exemplo da reforma no sistema de quotas no FMI e o aumento do capital do Banco Mundial, no entanto, ainda está longe do seu objetivo de realizar reformas profundas e aumentar a representação do Sul Global nos fóruns decisórios internacionais.

O BRICS funciona como um núcleo duro de articulação, em que seus países individualmente (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul) possuem relações comerciais próprias e projetos de desenvolvimento autônomos, sendo este um fator de atração. A grande heterogeneidade do bloco tem atraído países de diferentes culturas, modelos políticos e econômicos para essas agendas comuns. Entretanto, o passo mais importante do bloco, do ponto de vista institucional e estratégico, foi a criação do NDB, como um BMD voltado a investimentos de longo prazo em países do Sul Global.

A criação desse banco sem a imposição de condicionalidades para efetuar empréstimos é uma vantagem frente às instituições de Bretton Woods, bem como oferece uma plataforma financeira para países aliados do sistema financeiro internacional (Chen; Liu, 2018, pp. 3-4). O NDB, apesar de operar também em dólar, permite o uso de moedas locais em suas transações, o que facilita a interação com parcela significativa dos países, o acesso a ativos estratégicos, como o petróleo, apresentando-se como uma proposta de globalização menos excludente e menos dependente do dólar.

Outra instituição central para entender a dinâmica geopolítica atual é o AIIB, que apesar de ter sido criado com pretensões de integração regional, hoje, já soma 103 países, espalhados em todos os continentes. Em menos de dez anos, o banco é visto como uma alternativa para investimentos de longo prazo em infraestrutura, sem requerer condições fixas ou reformas no plano doméstico dos países tomadores para receber financiamento, pondo-se como alternativa ao Banco Mundial. O AIIB é muito mais amplo que o NDB, mesmo de terem sido criados quase simultaneamente, ele que possui quase todos os membros dos G-7, à exceção do Japão e dos EUA (AIIB, 2025), e está conectado à Nova Rota da Seda, que também possui inserção global, sobretudo no Sul Global. Outra instituição citada, o CRA, ainda opera em uma lógica muito próxima do SFI tradicional, necessitando a criação de novos mecanismos no seu funcionamento para se tornar



mais atrativo. Uma das saídas para esse desafio é o fortalecimento das trocas e das reservas em moedas locais.

Ainda é muito cedo para se falar em desdolarização ou fim do poder americano, mas, certamente, existem movimentos que contestam a posição de privilégio exorbitante dos EUA, mediado pelo dólar e pelo SFI. Existem processos de construção de outras plataformas de cooperação econômica, coordenação política e estabelecimentos de consensos básicos, a exemplo da reforma do sistema internacional, no qual participam um arco de alianças mais amplo do que o Norte Global. A fundação de BMDs coordenados por potências emergentes e países em desenvolvimento demonstram que, sob todos os indicadores, é possível superar o Ocidente como única força, bem como construir um sistema internacional menos desigual e mais plural.

Há muito a se desenrolar, principalmente, em um cenário de incertezas trazidas pelo novo governo Trump, que pode enrijecer o uso poder militar americano para garantir sua posição privilegiada no sistema internacional ou, paradoxalmente, de ampliar o espaço para o crescimento dessas alternativas do Sul Global, cujo núcleo duro se encontra nos países do BRICS+.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Acioly, L. (2019) *Arquitetura financeira conjunta do BRICS: o Novo Banco de Desenvolvimento*. Texto para Discussão 2463. Brasília: IPEA, pp. 10-49.

AIIB (2025) *Our Projects*. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/projects/list/index.html> [Acesso em: 31 ago. 2025].

AIIB (2025) *Members and Prospective Members of the Bank*. Disponível em: <https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html> [Acesso em: 31 ago. 2025].

Arrighi, G. (1996) *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP.

Brasil. Ministério das Relações Exteriores (2025) *Declaração de Líderes do BRICS — Rio de Janeiro, 06 de julho de 2025*. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-de-lideres-do-brics-2014-rio-de-janeiro-06-de-julho-de-2025 [Acesso em: 31 ago. 2025].



BRICS Policy Center (2025) *O BRICS e o desafio de ir onde o povo está*. Disponível em: <https://brics.br/pt-br/noticias/o-brics-e-o-desafio-de-ir-onde-o-povo-esta> [Acesso em: 27 ago. 2025].

Canuto, O. e Saraiva, B. (2025) 'BRICS em tempos de reacomodação tectônica', *Revista CEBRI*, 4(13), pp. 22-39.

Carvalho, E. M. (2023) 'Renascimento da Rota da Seda e sua extensão até a América Latina', in Carvalho, E. M., Veras, D. e Steenhagen, P. (orgs.), *A China e a iniciativa Cinturão e Rota: percepções do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Direito Rio, pp. 17-56. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/items/3b18f6b5-63ea-4d41-92be-0fade88ed641> [Acesso em: 31 ago. 2025].

Chen, Z. e Liu, Y. (2018) *Strategic Reassurance in Institutional Contests: Explaining China's Creation of the Asian Infrastructure Investment Bank*. Washington, DC: World Bank Group. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/38cf1503-d772-506e-859b-df4ca9ae2ae6/content> [Acesso em: 31 ago. 2025].

Cox, R. W. (1992) 'Multilateralism and world order', in Cox, R. W. e Sinclair, T. J. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 511-524.

Degaut, M. (2025) 'China and the Building of a New—and Illiberal—World Order through BRICS', *Revista CEBRI*, 4(13), pp. 58-74.

Goldstein, A. (2004) *Rising to the Challenge: China's Grand Strategy and International Security*. California: Stanford University Press.

Haibin, N. (2025) 'BRICS in a Changing World: from Adaptation, Mitigation to Shaping?', *Revista CEBRI*, 4(13), pp. 102-113.

Hirsch, J. (2010) *Teoria materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Revan.

Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (2025) *Observatório do Setor: maiores produtores mundiais de petróleo em 2024*. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/snapshots/maiores-produtores-mundiais-de-petroleo/> [Acesso em: 30 ago. 2025].

Jabbour, E. M. K. e Kosinski, D. S. (2022) 'O renminbi digital como atributo de uma nova formação socioespacial: soberania monetária e tecnologia a serviço da Nova Economia do Projeto',



Geousp, 26(1), e-188415. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/188415> [Acesso em: 31 ago. 2025].

Kosinski, D. (2016) 'A Geopolítica Monetária da Guerra do Iraque de George W. Bush: o resgate dos petrodólares', *Revista da Escola Superior de Guerra*, 31(63), pp. 169-191. Disponível em:

<https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/article/view/482/440> [Acesso em: 30 ago. 2025].

Kosinski, D. (s.d.) *Economia e sociedade sobre sistemas monetários internacionais*, pp. 1-16.

Mariano, J. E. M. e Sampaio, C. (2023) 'Nova Guerra Fria: a nova balança de poder e as relações sino-americanas no século XXI', *Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil*, 12, pp. 1-30.

Metri, M. (2020) 'Geopolítica e diplomacia monetária: o sistema dólar de tributação global e as iniciativas de desdolarização da economia internacional', *Economia e Sociedade*, 29(3). Campinas: Instituto de Economia, Unicamp. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2020v29n3art02> [Acesso em: 16 fev. 2025].

New Development Bank (2025) *Organizational Structure*. Disponível em: <https://www.ndb.int/governance/organisational-structure/> [Acesso em: 31 ago. 2025].

New Development Bank (2025) *Members*. Disponível em: <https://www.ndb.int/about-ndb/members/> [Acesso em: 31 ago. 2025].

O'Neill, J. (2001) *Building Better Global Economic BRICs*. Global Economics Paper 66. Goldman Sachs Global Economics.

Osório, L. F. (2018) *Imperialismo, Estado e Relações Internacionais*. São Paulo: Ideias & Letras.

Panova, V. (2025) 'What is Coming for the World in the Name of BRICS?', *Revista CEBRI*, 4(13), pp. 89-101.

Rodrik, D. (2011) *The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy*. New York: W. W. Norton & Company.

Sampieri, R. H., Collado, C. F. e Lucio, P. B. (1991) *Metodología de la Investigación*. México: McGraw-Hill Interamericana de México.

Sereni, E. (2013) 'De Marx a Lênin: a categoria de "formação econômico-social"', *Meridiano – Revista de Geografia*, 2, pp. 297-346. Disponível em: <http://www.revistameridiano.org/> [Acesso em: 20 mar. 2026].



Torres Filho, E. T. (2022) *Sanções monetárias contra a Rússia mudam o cenário geopolítico: a bomba dólar e a desglobalização*. Texto para Discussão 011. Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/publicacoes-j/textos-para-discussao.html> [Acesso em: 26 ago. 2025].

Xi, J. (2014) *Carry Forward the Five Principles of Peaceful Coexistence To Build a Better World Through Win-Win Cooperation*. Disponível em: https://www.mfa.gov.cn/eng/xw/zyjh/202405/t20240530_11340740.html [Acesso em: 25 mar. 2026].

Zhou, E. (1989) *Zhou Enlai Selected Works. Volume II*. Beijing: Foreign Languages Press.

